

Conciliação Judicial e Imparcialidade do Julgador

EXAME DE COMPATIBILIDADE À LUZ DO RISCO
DE CONTAMINAÇÃO PSÍQUICA DO JULGADOR

2022

Paulo de Tarso Duarte Menezes

**CONCILIAÇÃO JUDICIAL E IMPARCIALIDADE DO JULGADOR
EXAME DE COMPATIBILIDADE À LUZ DO RISCO DE
CONTAMINAÇÃO PSÍQUICA DO JULGADOR**

AUTOR

Paulo de Tarso Duarte Menezes

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO *RATIO IURIS*

Alexandre Miguel Mestre, Anja Bothe, Armindo Saraiva Matias, Bárbara Lobo, Bruna Capparelli, Manuel Monteiro Guedes Valente, Maria Constança Urbano de Sousa, Maria João Guia, Pedro Trovão do Rosário, Ruben Bahamonde Delgado

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 • Fax: 239 851 901

www.almedina.net • editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Agosto, 2022

DEPÓSITO LEGAL

...

1226533

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

MENEZES, Paulo de Tarso Duarte

Conciliação judicial e imparcialidade do julgador: exame de compatibilidade à luz do risco de contaminação psíquica do julgador. – 1ª ed. – (Ratio iuris)

ISBN 978-989-40-0787-6

CDU 347

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	25
INTRODUÇÃO.....	27
1. O PAPEL DE CONCILIADOR JUDICIAL DO JUIZ NO DIREITO PORTUGUÊS.....	33
1.1. O conflito e seus métodos de solução.....	34
1.2. O modelo de conciliação judicial em Portugal e alguns outros ordenamentos jurídicos.....	47
2. A IMPARCIALIDADE DO JULGADOR.....	65
2.1. A imparcialidade do julgador como pressuposto essencial da jurisdição no Estado Democrático de Direito.....	65
2.2. O enviesamento psíquico do julgador como fator de comprometimento da imparcialidade do juiz.....	85
3. A CONCILIAÇÃO JUDICIAL E OS PREJUÍZOS À IMPARCIALIDADE DO JULGADOR.....	97
3.1. A atividade de conciliador judicial e o enviesamento do julgador.....	98
3.2. O enviesamento psíquico do julgador como fator de comprometimento da imparcialidade e a teoria da descontaminação do julgamento.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129